

PROF. LEONARDO AQUINO



JUSTIÇA FEDERAL

SIMULADO TRF1

P R O V A 0 2

Este é um simulado cuidadosamente preparado, com questões selecionadas especificamente com base nos critérios relevantes para sua preparação.

Cada questão foi escolhida criteriosamente. Esteja pronto para testar seus conhecimentos de forma direcionada e otimizada.

O simulado inclui questões extraídas de provas anteriores da
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV

Ressaltamos que as questões incorporadas neste simulado
são propriedade intelectual da respectiva banca

Língua Portuguesa

1

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplausos;
- (B) Com os pequenos, o governo rugiu como um leão; com os grandes, mia como um gato;
- (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
- (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
- (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

2

Observe a seguinte frase:

“Deus deve amar os homens medíocres. Fez vários deles.”

Sobre o significado e a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro período funciona como causa do segundo;
- (B) o segundo período é um fato deduzido do primeiro;
- (C) considerando a frase como texto argumentativo, a tese defendida é verbalizada no segundo período;
- (D) o argumento que defende a tese exposta no período é de caráter opinativo;
- (E) em lugar do ponto separando os dois períodos, poderia estar empregado o conector “já que”.

3

A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros.

Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- (A) Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;
- (D) Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;
- (E) Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

4

Abaixo estão cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir por um termo que sintetiza o elemento anterior sublinhado; a opção em que a retomada é feita de forma distinta, é:

- (A) João Bruno convidou Fabíola para o espetáculo que ele montou com os colegas da empresa. Este ano, trata-se de uma revista musical.
- (B) Foi necessária uma hora para chegar à autoestrada, depois andamos lentamente durante duas horas. Infelizmente essa situação se repete com frequência.
- (C) Para fazer um bom trabalho, seria necessário retirar as velhas telhas, limpar cuidadosamente a superfície e colocar novas. Nas atuais circunstâncias, essa solução fica sendo a mais realista.
- (D) Sérgio se opôs repentinamente à modificação proposta. Sua atitude surpreendeu a muitos.
- (E) Havia no horizonte campos e campos de milho e trigo, com espaços aqui e ali de áreas reservadas a cultivos experimentais. Essa plantação era verdadeiramente impressionante.

5

Os pronomes demonstrativos podem assegurar a retomada de um antecedente e permitem, em alguns casos, evitar-se a ambiguidade, quando há hesitação entre dois antecedentes possíveis.

A frase abaixo em que o emprego dos demonstrativos está perfeitamente adequado, é:

- (A) O comportamento das crianças e dos adolescentes, no que concerne à violência, nada mais é do que o reflexo do modelo apresentado pelos adultos. Se estes não gostassem de ver cenas violentas, a mídia não ofereceria àqueles uma tão grande variedade delas;
- (B) Quanto maior é o poder, tanto mais perigoso é a tirania; entre este e aquela há um abismo;
- (C) Essa é uma verdade incontestável: matar o elefante é fácil, difícil é remover o cadáver;
- (D) Toda nação que se preza não abre mão de três pontos: orgulho nacional, esperança coletiva e moeda estável; entre esta e aquelas há uma diferença de grau;
- (E) Estes livros que trazes nas mãos de nada servirão se não os tiveres lido antes.

6

Observe o seguinte texto publicitário:

“Miramar. Estilo, conforto e personalidade. Cada detalhe do Miramar tende a satisfazer seu desejo de bem-estar. Instale-se e desfrute das vantagens de um hóspede de classe. Miramar oferece a seus olhos o espetáculo de elegância da linha do respeito à tradição Miramar. Materiais nobres, interiores aconchegantes, ambiente sonoro excepcional, riqueza de equipamentos digna de um automóvel decididamente inovador”.

A estruturação desse texto mostra:

- (A) uma tentativa de união de valores modernos e tradicionais;
- (B) uma quebra de expectativa do produto anunciado;
- (C) uma supervalorização econômica do produto;
- (D) um direcionamento da publicidade para a classe média;
- (E) uma desvalorização de produtos semelhantes.

7

Leia o texto a seguir.

A ignorância não pode servir de álibi a ninguém para violar a gramática, a Constituição de nossa língua. Entretanto, as transgressões da norma culta são recursos às vezes indispensáveis a romancistas, contistas e poetas.

Sobre a estruturação ou conteúdo do texto lido, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A língua literária tem momentos aceitáveis de transgressão à norma culta.
- (B) A expressão *servir de álibi* mostra a permissão jurídica de desrespeitar a norma culta.
- (C) O termo *entretanto* mostra a oposição entre a gramática e a Constituição.
- (D) A comparação entre a gramática e a Constituição mostra o valor ditatorial da linguagem correta.
- (E) A ignorância torna aceitáveis alguns erros no uso da linguagem.

8

Leia o fragmento a seguir.

A lenda dos três reis magos.

Ouro, incenso e mirra, esses foram os três presentes que os magos levaram ao Menino Jesus. Os magos não eram três e não eram reis. E provavelmente jamais existiram, mas têm nomes: Baltasar, Gaspar, Melquior. Suas fisionomias lembram as três etnias da Humanidade conhecidas na época em que a lenda se formou.

Sobre o fragmento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O título do texto já antecipa algo que não é verdadeiro.
- (B) Ao usar, no primeiro período, a expressão *os magos* já mostra o conserto de algo equivocado.
- (C) O termo *provavelmente* mostra uma certeza sobre a inexistência dos reis magos.
- (D) A alusão às etnias funciona como uma explicação para o aparecimento dessas figuras no texto bíblico.
- (E) Os presentes dados ao Menino Jesus também fazem parte das incertezas presentes na Bíblia.

9

Observe o texto a seguir.

“Não se surpreenda se o verão deste ano for muito rigoroso. A última vez em que o verão foi muito quente ocorreu há doze anos e a vez anterior também ocorreu doze anos antes. Prepare-se, portanto, para o calor!”

A opção que indica um meio eficiente de apoiar a argumentação acima é:

- (A) um gráfico mostrando as temperaturas médias do verão nos últimos onze anos;
- (B) um gráfico que compare as temperaturas deste verão com as dos últimos 36 meses;

- (C) um gráfico com as temperaturas médias dos verões dos últimos 36 anos;
- (D) as previsões meteorológicas trazidas pelos noticiários especializados;
- (E) uma discussão sobre os elementos causadores dos verões mais rigorosos.

10

“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores.”

O raciocínio abaixo que deve ser considerado como indutivo é:

- (A) Os funcionários públicos folgam amanhã, por isso meu marido ficará em casa;
- (B) Todos os juizes procuram julgar corretamente, por isso é o que ele também procura;
- (C) Nos dias de semana os mercados abrem, por isso deixarei para comprar isso amanhã;
- (D) No inverno, chove todos os dias, por isso vou comprar um guarda-chuva;
- (E) Ontem nevou bastante, por isso as estradas devem estar intransitáveis.

11

Para que um texto progrida de forma organizada, é preciso que a informação nele contida seja apresentada de forma conveniente. Veja, por exemplo, o texto a seguir:

“A Corte Suprema dos Estados Unidos, cuja composição 1983-1984 terminou há pouco, parece ter mostrado uma direção mais conservadora que a anterior, notadamente no que concerne aos direitos dos indivíduos diante do Estado. Ela decretou que os prisioneiros não tinham nenhum direito sobre sua vida privada e que os juizes, e não os jurados, devem decidir sobre a pena de morte. Ela também apoiou a posição do governo de Ronald Reagan em vários casos que envolviam liberdades civis ou de discriminação”.

A organização da informação nesse texto pode ser identificada do seguinte modo:

- (A) cada frase parte de um mesmo elemento, dado como conhecido desde o primeiro momento, a que se acrescentam novas informações.
- (B) cada frase parte do tema explorado na frase precedente, tornando-se ela mesma um novo tema, completado por uma nova informação.
- (C) o tema da primeira frase é decomposto em múltiplos elementos, tomados como temas sucessivos das frases seguintes.
- (D) dois temas são apresentados em sequência e analisados de forma paralela, com informações contrastantes.
- (E) dois temas são apresentados inicialmente e informações comuns aos dois são dadas progressivamente.

12

“Também leio livros, muitos livros: mas com eles aprendo menos do que com a vida. Apenas um livro me ensinou

muito: o dicionário. Oh, o dicionário, adoro-o. Mas também adoro a estrada, um dicionário muito mais maravilhoso.”

Depreende-se desse pensamento que seu autor:

- (A) nada aprende com os livros, com exceção do dicionário;
- (B) deve tudo que conhece ao dicionário;
- (C) adquire conhecimentos com as viagens que realiza;
- (D) conhece o mundo por meio da experiência de vida;
- (E) constatou que os dicionários registram o melhor da vida.

13

O filósofo inglês Francis Bacon escreveu: “São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando nada veem além do mar”.

O erro desses descobridores era, portanto:

- (A) desconsiderarem opiniões alheias, diferentes das suas;
- (B) considerarem uma dúvida como certeza;
- (C) partirem de premissas insuficientes;
- (D) utilizarem o método dedutivo;
- (E) realizarem uma generalização exagerada.

14

Observe o texto a seguir.

“Joaquim Carneiro nasceu em 1910, em Vila Nova, Portugal, uma pequena cidade onde seu pai possuía uma carpintaria de pequena importância, a qual pretendia deixar como herança ao filho único; mas as disposições que ele manifestou prematuramente para os estudos modificaram as expectativas paternas.”

Sobre esse segmento, é **correto** afirmar que se trata de um texto:

- (A) narrativo, com narrador onisciente;
- (B) narrativo cujo narrador é personagem do relato;
- (C) descritivo cujo objeto é um personagem;
- (D) descritivo inserido numa narrativa;
- (E) argumentativo cuja tese é o valor dos estudos.

15

“Ele alegava sua debilidade de saúde para deixar de ir ao trabalho.”

Constata-se na organização dessa frase argumentativa que:

- (A) o argumento apresentado para a ação de não ir ao trabalho é visto como de base racional e lógica;
- (B) o emprego do verbo “alegar” implica certo distanciamento do argumento apresentado;
- (C) o argumento apresentado, segundo o contexto, era de base legal;
- (D) o interlocutor da frase é identificado como um chefe no serviço público;
- (E) a frase carece de argumentos, pois só mostra a constatação de um fato.

16

A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- (A) audição está para som como paladar está para língua;
- (B) livro está para capa como travesseiro está para fronha;
- (C) álcool está para alcoolismo como droga está para traficante;
- (D) tecido está para desbotar como papel está para rasgar;
- (E) mestre está para discípulo como professor está para escola.

17

Um dos problemas continuamente apontados em textos escritos é o da repetição de termos idênticos; em todas as frases abaixo, esse problema foi combatido por meio de substituições.

A opção em que a substituição foi realizada por meio de um processo diferente dos demais, é:

- (A) O coronel tinha muito orgulho da farda, como ocorre com a grande maioria dos militares;
- (B) Essa noite relampejou e trovejou muito, e os pobres cachorros, com medo desses fenômenos, latiram desesperadamente;
- (C) Subir e descer escadas, caminhar uma hora por dia foram exercícios recomendados pelo médico do idoso;
- (D) Os alunos pretendiam homenagear a professora, mas nem todos os alunos concordaram com a homenagem;
- (E) Era muito simpático, característica que todos admiravam nele.

18

Todas as frases abaixo foram reescritas, com o deslocamento do vocábulo *só*; a opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- (A) Só as árvores balançam quando tem vento / As árvores só balançam quando tem vento;
- (B) A loteria só contemplou um cidadão de Tiradentes-MG / A loteria contemplou só um cidadão de Tiradentes-MG;
- (C) Um homem que só trabalha e não se diverte, leva uma vida infeliz / Um homem que trabalha só e não se diverte, leva uma vida infeliz;
- (D) Só um cliente deixou o guardanapo sobre a mesa / Um cliente deixou só o guardanapo sobre a mesa;
- (E) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.

19

Atenção: use o Texto IV a seguir para responder a questão a seguir.

Texto IV

“Volta Redonda não parece Brasil; é, na verdade, uma ilha de trabalho e organização cercada de Brasil por todos os lados. E seu drama reside nisso mesmo, na necessidade incessante de se defender do Brasil e de suas loucuras, de sobreviver e de crescer para servir o Brasil sem se contaminar demasiado dele. No lugar dessas tristes ruazinhas de nossas cidades do interior, com sua poeira e suas casas de platibandas estilo comercial-futurista, seu mau gosto árido e obcecante, aqui há ruas cheias de árvores floridas, e as casas ficam atrás de gramados e jardins. Aqui

houve quem pensasse antes de fazer, houve quem sonhasse e riscasse num papel seu sonho. Aqui se pensou um pouco no homem e na sua família, na casa e no clube, na escola e no esporte.”.

(A ilha, 22/02/1953)

“Volta Redonda não parece Brasil; é, na verdade, uma ilha de trabalho e organização cercada de Brasil por todos os lados.”.

Sobre a estruturação dessa frase inicial, assinale a afirmativa correta.

- (A) A afirmativa sobre Volta Redonda se apoia intertextualmente na definição escolar de “ilha”.
- (B) O termo “na verdade” é empregado para consertar um erro expresso anteriormente.
- (C) Os termos “trabalho” e “organização” indicam características do Brasil também presentes em Volta Redonda.
- (D) Após “não parece Brasil” se segue uma conclusão a partir da afirmação anterior.
- (E) A segunda ocorrência do vocábulo “Brasil” contém indicações positivas de nosso país.

20

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de

consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes.

Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

“A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens [...] e também organizou um bloqueio naval.”

A única reescritura do período acima que preserva todas as relações de significado da passagem original é:

- (A) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, além de armar, financiar e treinar 480 homens, ainda organizou um bloqueio naval;
- (B) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, a fim de financiar e treinar, 480 homens, e também organizou um bloqueio naval;
- (C) A operação, à medida que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA – a qual armou, financiou e treinou 480 homens e, por conseguinte, organizou um bloqueio naval;
- (D) A operação, que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA, a qual armou, financiou e treinou 480 homens, embora tenha organizado um bloqueio naval;
- (E) A operação, que teve como codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, no entanto, armou, financiou e treinou 480 homens e também organizou um bloqueio naval.

Raciocínio Lógico e Matemático

21

Na canção “Se você jurar”, de Ismael Silva, encontramos a afirmação:

Se você jurar que me tem amor, eu posso me regenerar.

A negação dessa proposição é

- (A) você jura que me tem amor e eu não me regenero.
- (B) você não jura que me tem amor e eu não me regenero.
- (C) você não jura que me tem amor e eu me regenero.
- (D) você jura que me tem amor e eu posso me regenerar.
- (E) você não jura que me tem amor e eu não posso me regenerar.

22

Sabe-se que a sentença

“Se Antonio é advogado, então Carla é engenheira ou Diana não é médica” +

é falsa.

É correto concluir que

- (A) Antônio é advogado e Diana é médica.
- (B) Antônio não é advogado e Carla é engenheira.
- (C) Se Carla não é engenheira, então Diana não é médica.
- (D) Se Diana é médica, então Antônio não é advogado.
- (E) Carla é engenheira ou Diana não é médica.

23

Considere a afirmação referente aos candidatos de um concurso: “Todo candidato possui curso superior ou 5 anos de experiência”. A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Todo candidato não possui curso superior ou não possui 5 anos de experiência.
- (B) Todo candidato não possui curso superior e não possui 5 anos de experiência.
- (C) Há candidato que não possui curso superior ou não possui 5 anos de experiência.
- (D) Há candidato que possui curso superior, mas não possui 5 anos de experiência.
- (E) Há candidato que não possui curso superior e não possui 5 anos de experiência.

24

A academia Boa Forma oferece aulas de balé, natação, pilates, ioga e musculação. Três das modalidades permitem o pagamento por aula, as outras modalidades exigem pagamento mensal. Além disso, três dessas modalidades são realizadas no período da manhã, enquanto duas são realizadas no período da tarde.

O balé e a ioga permitem a mesma forma de pagamento, mas o pilates e a musculação têm formas de pagamento distintos. Além disso, a natação e a musculação têm aulas no mesmo período, ao passo que o balé e o pilates são feitos em períodos diferentes. Há um dia com pagamento mensal e com aula à tarde.

Nesse dia, a modalidade praticada é a de

- (A) balé.
- (B) natação.
- (C) pilates.

- (D) ioga.
(E) musculação.

25

Cinco pessoas formam uma fila. Essa fila será modificada com a seguinte sequência de trocas de posição: o 2º com o 4º, o 1º com o 3º, o 2º com o 5º e o 1º com o 4º.

A pessoa que estava no 3º lugar na fila inicial estará, na fila final, no

- (A) 1º lugar.
(B) 2º lugar.
(C) 3º lugar.
(D) 4º lugar.
(E) 5º lugar.

26

De um conjunto de 8 cartas numeradas de 1 a 8, são dadas 2 cartas, aleatoriamente, a cada um dos 4 amigos - Ari, Bia, Carol e Duda.

A pontuação de cada um deles é a soma dos números das cartas recebidas. Sabe-se que as pontuações de Ari, Bia e Carol foram, respectivamente, 7, 12 e 13.

É **correto** afirmar que

- (A) Bia recebeu a carta 7.
(B) Carol recebeu a carta 8.
(C) Duda recebeu a carta 4.
(D) Bia recebeu a carta 6.
(E) Ari recebeu a carta 5.

Noções de Sustentabilidade

27

O desenvolvimento de alternativas para a destinação adequada dos resíduos sólidos tornou-se extremamente importante, uma vez que o descarte inadequado desses materiais acarreta aumento da poluição, proliferação de pragas e doenças e redução da qualidade de vida das pessoas. A Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Acerca dessa lei, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Se aplica aos rejeitos radioativos.
- () Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a prioridade deverá seguir a seguinte ordem: redução, reutilização, reciclagem, não geração, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- () Os resíduos sólidos são classificados de acordo com sua origem e periculosidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
(B) F – F – V.
(C) F – V – F.
(D) F – F – F.
(E) V – F – V.

28

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/10, estabelece premissas estruturantes para a gestão de resíduos sólidos no país, notadamente para a redução dos resíduos, a recuperação energética e o acesso à informação. Em relação ao tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: reutilização, reciclagem, não geração, redução, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

() Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos, independente da aprovação do órgão ambiental.

() Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer, ao órgão federal responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
(B) F – F – V.
(C) V – F – V.
(D) V – V – F.
(E) V – F – F.

29

A Lei nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Consoante estabelece a mencionada lei, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos

- (A) não existe ordem legal de prioridade, mas deve ser implementada a coleta seletiva em 50% (cinquenta por cento) das residências situadas em zona urbana.
(B) não existe ordem legal de prioridade, mas deve ser implementada a coleta seletiva na totalidade das propriedades situadas em zona rural.
(C) tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos não poderão ser utilizadas,

pelo princípio da prevenção, diante da comprovada inviabilidade técnica e ambiental causada pela emissão de gases tóxicos.

- (D) deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (E) deve ser fomentada a coleta seletiva, não geração, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e remediação ambiental de aterros sanitários, contudo sem ordem de prioridade estabelecida na lei.

30

A Lei nº 12.305 de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e normatiza o sistema de logística reversa. Segundo esse instrumento legal, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- (A) embalagens de papelão;
 (B) materiais de construção civil;
 (C) garrafas PET de refrigerantes;
 (D) lâmpadas fluorescentes e de vapor de sódio;
 (E) latas de alumínio.

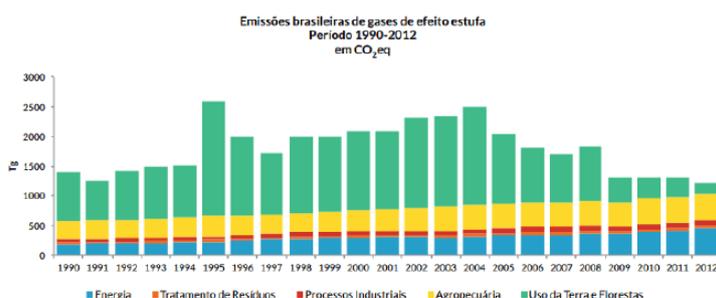
31

A Lei nº 12.305/2010 estabelece uma classificação dos resíduos quanto à periculosidade em:

- (A) perigosos e não perigosos;
 (B) perigosos, inertes e não perigosos;
 (C) muito perigosos, perigosos e não perigosos;
 (D) muito perigosos, perigosos, neutros e não perigosos;
 (E) extremamente perigosos, muito perigosos, perigosos e não perigosos.

32

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa. O gráfico abaixo mostra as emissões de gases de efeito estufa do Brasil, por setor, de 1990 a 2012 (Tg = milhões de toneladas):



Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, MCT, 2014.

A partir da análise desse gráfico, no que diz respeito a gases de efeito estufa, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A produção e o consumo de HFCs e SF6 estão contabilizadas nos processos industriais.
- (B) As emissões fugitivas da indústria de petróleo, gás e carvão mineral estão contabilizadas no setor de energia.
- (C) As emissões devido à fermentação entérica do gado e queima de resíduos agrícolas estão contabilizadas na agropecuária
- (D) De 2008 a 2012 houve um decréscimo na queima de combustíveis fósseis para geração de energia.
- (E) A partir de 2008 as maiores reduções nas emissões brasileiras são decorrentes do decréscimo no desmatamento.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

33

Quanto à pessoa com deficiência e à Lei de Inclusão, é **correto** afirmar que:

- (A) pessoa com deficiência é aquela portadora de alguma limitação sensorial, intelectual ou cognitiva, que a coloca em desigualdade de condições com as demais pessoas;
- (B) a deficiência afeta a capacidade civil da pessoa, seja absolutamente, seja relativamente;
- (C) pessoa com deficiência poderá ser submetida à internação forçada, desde que não esteja sob curatela;
- (D) pessoa com deficiência é aquela com impedimento de longo prazo, que, em interação com alguma barreira, obsta a sua participação, em igualdade de condições, com as demais pessoas;
- (E) pessoa com deficiência não pode mais ser submetida à curatela, por ser juridicamente capaz; pode, tão somente, ser colocada sob tomada de decisão apoiada.

34

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, considera-se pessoa com deficiência aquela que

- (A) tem impedimento de curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, que não interfere na sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (B) não tem impedimento de interação, podendo participar plena e efetivamente na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

- (D) tem restrição temporária, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (E) tem impedimento de curto prazo de natureza física temporário, o qual não interfere na sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

35

Marta, pessoa com deficiência, é parte em processo administrativo que tramita junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado Alfa.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), Marta

- (A) tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação do referido processo administrativo, em todos os atos e diligências.
- (B) tem direito a receber atendimento prioritário, exclusivamente no momento de distribuição do referido processo administrativo.
- (C) não tem direito a receber atendimento prioritário na tramitação do referido processo administrativo, mas seu prazo recursal é contado em dobro.
- (D) não tem direito a receber atendimento prioritário na tramitação do referido processo administrativo, mas é isenta de custas processuais.
- (E) tem direito a receber atendimento prioritário, de maneira que o referido processo administrativo seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, permitida uma única prorrogação.

36

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o Brasil possui 45 milhões de Pessoas com Deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – a Lei nº 13.146/2015 – afirma que o processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência.

De acordo com a lei mencionada, o processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo:

- (A) educar a pessoa com deficiência para que supere as limitações que a impedem de desenvolver um convívio social amplo, abrangente e profuso, de modo a produzir padrões avançados de socialidade;
- (B) o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- (C) a implantação e o incremento de ações, programas e projetos voltados à recuperação da autoestima da pessoa com deficiência, de modo que ela se sinta segura e apta ao exercício de seus direitos de forma plena;

- (D) buscar a volta à condição normal existente anterior à deficiência, recuperando plenamente as funcionalidades físicas ou mentais;
- (E) instituir um plano visual e de locomoção nas instituições públicas e de acesso aberto ao público em geral, tendo em vista a plena acessibilidade de todas as pessoas com deficiência.

37

Está em curso no Tribunal de Contas do Estado Alfa determinada auditoria relacionada à matéria de política pública no âmbito do direito à saúde da pessoa com deficiência. A equipe de auditores de Controle Externo responsável pelo caso vem se debruçando sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece que é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário.

Com base na Lei nº 13.146/2015, as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar algumas medidas.

NÃO representa uma dessas medidas:

- (A) campanhas de vacinação;
- (B) atendimento psicológico, exceto para seus familiares e atendentes pessoais;
- (C) respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência;
- (D) atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida;
- (E) informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde.

38

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em caso de internação ou de ficar em observação, o direito a acompanhante:

- (A) dependerá das condições objetivas da instituição em que a pessoa estiver sendo atendida;
- (B) obedece a legislação no que concerne à faixa etária, sendo permitida somente para crianças e idosos;
- (C) vincula-se à gravidade da patologia apresentada, e será ou não recomendado pelo médico assistente;
- (D) deve ser garantido pela instituição de saúde, a partir da alocação e permanência de profissionais especializados;
- (E) é assegurado, devendo a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.

39

Pedro, pessoa com deficiência, após concluir a educação básica, almejava ingressar em uma instituição de ensino superior (IES). Ao se inteirar dos seus direitos, visando à participação no processo seletivo, foi-lhe informado que a Lei nº 13.146/2015 lhe assegurava:

- (1) disponibilização de provas em formatos acessíveis, para atendimento às suas necessidades especiais;

(2) disponibilização, de ofício, pela IES, de recursos de acessibilidade, permitindo que ele possa escolher, entre essas opções, aquela que mais se aproxima da satisfação de suas necessidades;

(3) dilação de tempo, em 20%, no exame de seleção, a ser oferecida a todas as pessoas com deficiência, incluindo Pedro; e

(4) adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, que considerem a singularidade linguística de Pedro no domínio da escrita da língua portuguesa.

À luz das informações fornecidas a Pedro, é **correto** afirmar que

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas as informações 1 e 4 estão corretas.
- (C) apenas as informações 2 e 3 estão corretas.
- (D) apenas as informações 1, 3 e 4 estão corretas.
- (E) apenas as informações 2, 3 e 4 estão corretas.

40

De acordo com o statuto da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, os serviços notariais e de registro:

- (A) devem oferecer todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso aos seus serviços essenciais, podendo criar condições diferenciadas à prestação de tais serviços em razão de deficiência do solicitante;
- (B) devem oferecer aos serventuários extrajudiciais com deficiência prioridade absoluta na participação e no acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos aos demais substitutos, escreventes e auxiliares;
- (C) podem criar condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal compatível com a deficiência, garantida a acessibilidade, e o descumprimento dessas obrigações constitui infração disciplinar;
- (D) não podem negar ou criar óbices à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, mas podem estabelecer condições diferenciadas, devendo reconhecer sua capacidade legal relativa, garantida a acessibilidade;
- (E) não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

Conhecimentos Específicos

41

Joana, prefeita do Município Alfa, após reunião com os secretários municipais, decidiu que o Município necessitava de uma empresa pública para a prestação de serviços de indiscutível relevância para a população.

Ao consultar a Procuradoria-Geral do Município a respeito da forma de se criar uma empresa pública, mais especificamente sobre ser necessária, ou não, a edição de lei, foi-lhe corretamente informado que a:

- (A) criação é feita por lei específica;
- (B) instituição é autorizada por lei específica;
- (C) criação é feita por escritura pública, não dependendo de lei;
- (D) criação é feita por decreto do Poder Executivo, não dependendo de lei;
- (E) instituição é feita por lei, com posterior edição do decreto específico de criação.

42

Maria, oficial da Polícia Militar no Estado Beta, iniciou estudos com o objetivo de ser aprovada em outro concurso público, de modo a aumentar a sua renda. No decorrer dos seus estudos, superou uma antiga dúvida em relação à possibilidade, ou não, de vir a ocupar um cargo público de provimento efetivo junto à Administração Pública enquanto militar estadual da ativa.

Maria concluiu, corretamente, que:

- (A) a acumulação pretendida é vedada enquanto estiver na ativa;
- (B) a acumulação pretendida é admitida desde que ocorra no âmbito do Estado Beta;
- (C) as regras gerais de acumulação afetadas à generalidade dos servidores públicos são aplicadas aos militares estaduais, com prevalência da atividade militar;
- (D) os militares federais podem acumular cargos públicos, não os estaduais, mas deve haver compatibilidade de horários e prevalência da atividade militar;
- (E) a acumulação pressupõe que o outro cargo tenha natureza militar, no âmbito do Estado Beta, ou das Forças Armadas, observada a compatibilidade de horários e o teto remuneratório.

43

Licitação é o processo administrativo, de natureza instrumental, utilizado pela Administração Pública e pelas demais pessoas jurídicas indicadas pela lei com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa – sem descuidar das demais finalidades elencadas pela legislação – por meio de critérios objetivos e impessoais, para celebração de contratos administrativos. Como se vê, a licitação não é um ato administrativo isolado. Na verdade, tem-se um processo administrativo, no bojo do qual uma série de atos encadeados será praticada com o fim precípuo de se chegar à melhor proposta para a celebração de contratos com o poder público.

Considerando o processo licitatório e os institutos afetos à contratação direta, é correto afirmar que:

- (A) a inexigibilidade de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol taxativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se a calamidade pública;
- (B) a dispensa de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol exemplificativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se a calamidade pública;
- (C) a dispensa de licitação envolve cenários nos quais, em tese, há competitividade, mas a legislação previamente estipulou um rol taxativo de situações que admitem a contratação direta. Como há viabilidade fática de competição, a atuação do administrador público é discricionária, podendo ou não realizar o procedimento licitatório. Como exemplo, cite-se o credenciamento;
- (D) a inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição. Como inexistente, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, competitividade, a atuação do administrador público é vinculada e o rol de situações de inexigibilidade é exemplificativo. Como exemplo, cite-se o credenciamento;
- (E) a dispensa de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição. Como inexistente, nas hipóteses de dispensa de licitação, competitividade, a atuação do administrador público é vinculada e o rol de situações de dispensa é exemplificativo. Como exemplo, cite-se o credenciamento.

44

A sociedade empresária Boa Obra Ltda. foi contratada verbalmente pelo Município de Para Lá do Brejo, sem qualquer processo licitatório, para construir uma escola municipal. O preço ajustado está rigorosamente em conformidade com o mercado, inexistindo qualquer superfaturamento. Ao final da obra, após a aceitação plena do edifício pelos servidores responsáveis pela fiscalização da obra, o município declara a nulidade do contrato e paga à sociedade empresária apenas o valor do material utilizado na obra.

À luz da legislação de regência, a conduta do Município de Para Lá do Brejo é:

- (A) lícita, pois a declaração de nulidade do contrato impõe apenas a indenização pelo material utilizado na obra, sem a obrigação de pagar serviços de terceiros;
- (B) lícita, pois embora a legislação de regência não restrinja a indenização ao material empregado na obra, o dever de cautela impede o pagamento dos demais itens;

- (C) ilícita, pois o contrato nulo não cria direito em favor do contratado, cuja má-fé é presumida, de modo que não cabia ao município pagar sequer o valor do material;
- (D) ilícita, pois a declaração de nulidade do contrato opera retroativamente e deve desconstituir os efeitos já produzidos, podendo a escola, inclusive, ser demolida;
- (E) ilícita, pois a declaração de nulidade do contrato não afasta o direito à indenização por todas as perdas e danos do contratado, sob pena de enriquecimento sem causa.

45

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul precisa construir uma nova sede para otimizar a realização de suas atividades, sendo certo que se trata de uma obra qualificada como de grande vulto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante das peculiaridades descritas, à luz do mencionado diploma legal, é **correto** afirmar que:

- (A) não poderá ser exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, ainda que em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato;
- (B) o edital de licitação deverá prever a obrigatoriedade de implementação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de seis meses, contado da celebração do contrato;
- (C) é vedada a realização de obra sem o delineamento de projeto básico realizado pela Administração Pública, que não pode ser dispensada de sua elaboração, mesmo para a contratação integrada;
- (D) o edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado, a critério da contratante, que exercerá a discricionariedade acerca da pertinência da adoção de tal cláusula contratual;
- (E) a licitação precisa respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, mas não é necessário respeitar aquelas concernentes à mitigação por condicionantes e compensação ambiental, mesmo que previstas no respectivo licenciamento.

46

João cumpria pena em regime fechado no sistema penitenciário do Estado Alfa e conseguiu fugir, em verdadeira fuga cinematográfica feita com helicóptero blindado, que o resgatou quando tomava banho de sol. Seis meses após sua fuga, João se associou a outros criminosos e entrou na casa de Antônio, cometendo crime de latrocínio e ceifando a vida de sua nova vítima. Os filhos de Antônio buscaram a Defensoria Pública e ajuizaram ação indenizatória em face do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, pleiteando reparação por danos morais decorrentes da morte de seu pai. Alegam os autores que ocorreu omissão do Estado Alfa por não prover medidas eficazes de segurança carcerária.

Na hipótese narrada, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e o Art. 37, 8º, da Constituição

da República de 1988, a responsabilidade civil objetiva do Estado Alfa:

- (A) não está caracterizada, diante da excludente de responsabilidade civil consistente em força maior que deu causa ao ato ilícito de latrocínio praticado por João;
- (B) não está caracterizada, diante da ausência de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada por João;
- (C) não está caracterizada, diante da ausência de comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa do agente público diretor do sistema prisional;
- (D) está caracterizada, diante de sua omissão *in vigilando*, que permitiu a fuga de João do sistema carcerário, causa eficiente da morte da vítima Antônio;
- (E) está caracterizada, independentemente da demonstração do dolo ou culpa por parte dos agentes públicos responsáveis por prover a segurança do estabelecimento prisional.

47

Uma determinada Clínica de Estética utilizou o apelido de uma famosa influenciadora digital em sua publicidade, sem autorização prévia. No conteúdo publicitário, constava a influenciadora como uma das principais clientes do estabelecimento. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) No ordenamento jurídico brasileiro, apenas o nome goza de proteção, mas não o pseudônimo.
- (B) O uso do apelido, sem autorização prévia, é válido, desde que atenda ao princípio da veracidade.
- (C) A Clínica de Estética não deve ressarcir por qualquer dano, visto que se encontrava no exercício do seu direito de informar.
- (D) Sem autorização, não se pode usar o nome de uma pessoa em propaganda comercial, sendo que a proteção alcança também o pseudônimo.
- (E) Na situação narrada, não há dano pelo uso do apelido, pois a influenciadora digital é uma personalidade pública, não gozando de tutela jurídica.

48

Uma grande empresa contrata plano de saúde coletivo, assumindo todos os custos e comprometendo-se a indicar os nomes de seus empregados como beneficiários da apólice. Nesse caso, o contrato se qualifica como:

- (A) promessa de fato de terceiro;
- (B) estipulação em favor de terceiro;
- (C) preliminar ou pré-contrato;
- (D) policitação;
- (E) com pessoa a declarar.

49

Cosme comprou uma geladeira usada de sua vizinha, Daniela. Entretanto, três semanas depois, o eletrodoméstico parou de gelar e o técnico demandado indicou que o defeito decorreu de um pequeno vazamento da mangueira, que deveria estar lá há uns dois meses, pois quase todo o gás já tinha saído. Daniela não sabia do vazamento.

Sobre o caso, entre os direitos que tem Cosme em face de Daniela, inclui-se:

- (A) a devolução de parte do que foi pago, a título de abatimento no preço;
- (B) a compensação pelo que perdeu e deixou de ganhar em virtude do defeito;
- (C) a condenação a ela realizar o reparo, sob pena de multa diária;
- (D) o ressarcimento das despesas que teve com o conserto da geladeira;
- (E) a substituição por uma geladeira com as mesmas características.

50

A Papelaria P Ltda. celebrou contrato de fornecimento com Suplex S/A pelo qual esta forneceria determinada quantidade de resmas de papel por mês, em troca do pagamento de quinhentos reais, valor a ser reajustado anualmente com base em índice oficial. As partes optaram, apenas por segurança, por formalizar o contrato por escritura pública e ele restou avençado por prazo indeterminado. As partes investiram significativamente na sua execução, mas depois de alguns meses de execução, a P pretende extinguir o contrato. Sobre essa pretensão, é correto afirmar que:

- (A) eventual distrato por acordo entre as partes deverá ser celebrado por escritura pública, pela regra de atração de forma;
- (B) em razão do prazo indeterminado, a P pode rescindir o contrato unilateralmente mediante denúncia, a qual produzirá efeito assim que comunicada à Suplex;
- (C) o descumprimento de obrigação prevista em cláusula resolutiva expressa extinguirá o contrato de pleno direito, independentemente de manifestação de vontade do credor;
- (D) se não houver cláusula resolutiva expressa, a extinção do contrato fundada em inadimplemento do fornecimento das resmas dependerá de interpelação judicial;
- (E) a resolução do contrato por superveniente acontecimento imprevisível que acarrete onerosidade excessiva retroagirá à data de celebração do negócio.

51

Cláudia, médica dermatologista, decidiu renovar a aparelhagem de sua clínica e, para isso, ofereceu a venda de seus equipamentos usados para a colega Regina, que estava montando seu primeiro consultório. Especificamente quanto a um equipamento de laser de alta potência, cujo valor é muito elevado, as duas combinaram condições vantajosas de pagamento para que Regina pudesse adquiri-lo. Assim, formalizaram instrumento particular de compra e venda do aparelho, nos termos do qual Cláudia reservava para si a propriedade do bem até que Regina quitasse todas as doze parcelas mensais do preço, sendo a posse do aparelho, por outro lado, transferida desde logo para a compradora. Após pagar as quatro primeiras parcelas do preço, porém, Regina não conseguiu prosseguir com os pagamentos. Além disso, Cláudia descobriu que Regina havia danificado uma peça do aparelho e que o conserto custaria

mais da metade do preço pelo qual a compra e venda foi celebrada. Diante desse cenário, Cláudia procurou um advogado e, devidamente orientada, constituiu Regina em mora judicialmente, nos termos da lei.

No caso narrado, é **correto** afirmar que, sem prejuízo de outras eventuais pretensões, Cláudia:

- (A) poderá, se quiser, reaver a posse do aparelho, mas não tem a alternativa de, em vez disso, optar por persistir na cobrança das parcelas em aberto;
- (B) não poderá reaver a posse do aparelho, porque o equipamento se encontra deteriorado e os riscos da coisa nessa espécie contratual correm contra a compradora;
- (C) poderá, se quiser, restituir as parcelas do preço pagas por Regina e assim reaver a posse do aparelho, no estado em que se encontra, nada podendo reclamar sobre a deterioração;
- (D) não poderá reaver a posse do aparelho, porque o contrato não foi levado a registro, assistindo-lhe apenas persistir na cobrança das parcelas em aberto perante Regina;
- (E) poderá, se quiser, reaver a posse do aparelho e, se assim proceder, não precisará restituir nenhuma das parcelas do preço pagas por Regina.

52

Paulo obteve empréstimo do Banco Dinheiro na Mão S/A. Em garantia, empenhou joias de família cuja avaliação alçava a 50% do valor da dívida.

Após ter quitado 45% do saldo devedor, é comunicado de que, em um assalto ao banco, as joias foram roubadas.

Nesse caso, à luz exclusivamente do Direito Civil, é **correto** afirmar que:

- (A) com o perecimento da coisa empenhada, resolve-se o contrato entre as partes, retornando ambas ao *status quo ante*, de modo que Paulo ficará exonerado da dívida;
- (B) a instituição financeira deverá indenizar Paulo pelo valor dos bens perdidos, sendo certo que, enquanto não proceder a esse pagamento, será lícito ao devedor suspender o das parcelas do empréstimo, invocando a exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*);
- (C) embora a instituição financeira deva indenizar Paulo pelo valor das joias roubadas, não é possível a compensação entre o valor do empréstimo e o das joias, por expressa vedação legal na hipótese de penhor e pela diferença de origem dos débitos;
- (D) a instituição financeira deve indenizar Paulo pelo valor das joias roubadas, sendo certo que é possível a compensação entre o valor do empréstimo e o das joias; assim, considerando a quitação de 95% do saldo devedor (45% pelo pagamento das parcelas e 50% pela compensação), Paulo poderá invocar a teoria do adimplemento substancial para dar por cumprida sua obrigação;

- (E) a instituição financeira não responde pelo caso fortuito/força maior, uma vez que não pode ser responsabilizada por danos decorrentes de atividades criminosas, notadamente roubo à mão armada.

53

De acordo com o CFESS (2016), o racismo é "(...) a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação infundada de dominação".

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o racismo é tido como

- (A) injúria e difamação.
- (B) ato tipificado.
- (C) desídia e dano moral.
- (D) incontinência de conduta.
- (E) crime inafiançável e imprescritível.

54

Maria e Raul, de nacionalidade espanhola, se encontravam no território brasileiro, a serviço da embaixada da Espanha, quando, da união de ambos, nasceu Rebeca. Apesar de ter residido na Espanha durante a maior parte da sua vida, Rebeca, ao atingir a maioridade, decidiu que iria fixar residência no Brasil, onde pretendia seguir carreira política.

Ao consultar um especialista a respeito dessa possibilidade, foi corretamente esclarecido a Rebeca que:

- (A) ainda que adquira a nacionalidade brasileira, ela não poderá requerer o seu alistamento eleitoral e, conseqüentemente, concorrer a cargos eletivos;
- (B) caso adquira a nacionalidade brasileira, ela poderá promover o seu alistamento eleitoral e concorrer a diversos cargos eletivos, incluindo ao de senadora;
- (C) bastará que ela opte pela nacionalidade brasileira, após fixar residência no Brasil, para que seja considerada brasileira nata, podendo concorrer a qualquer cargo eletivo;
- (D) apesar de não ter nacionalidade brasileira, não havia óbice ao seu alistamento eleitoral, não lhe sendo permitido concorrer, apenas, ao cargo eletivo de presidente da república;
- (E) seria preciso adquirir a nacionalidade brasileira como requisito para o alistamento eleitoral, não lhe sendo permitido concorrer, apenas, aos cargos eletivos de presidente e vice-presidente da república, e de senadora.

55

João, juiz de direito no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, respondeu a processo administrativo disciplinar junto à Corregedoria local. Findo o processo, após a observância de todas as garantias constitucionais, a João foi aplicada a sanção de censura.

Nesse contexto, trinta dias após o julgamento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomou ciência dos fatos e, de ofício, verificou que seria necessário rever o que restou decidido no processo administrativo disciplinar.

Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Conselho Nacional de Justiça e o caso concreto narrado, é **correto** afirmar que o Conselho Nacional de Justiça atuou de forma:

- (A) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano, em caso de absolvição ou de condenação com a imposição de sanções leves;
- (B) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano;
- (C) equivocada, considerando que, muito embora possa rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, é necessário que o órgão seja provocado, o que não ocorreu;
- (D) equivocada, considerando que somente pode rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes em caso de absolvição e mediante provocação;
- (E) equivocada, considerando que a sua atividade correicional tem natureza subsidiária, pressupondo a inércia das instâncias locais.

56

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu uma proposição legislativa que tem por objeto a alteração das atribuições de certo órgão colegiado da Administração Superior do Ministério Público do Estado.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito das normas que estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, é correto afirmar que a proposição legislativa precisa ter a natureza de:

- (A) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do governador do Estado;
- (B) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) projeto de lei complementar, de iniciativa privativa do procurador-geral de Justiça;
- (D) proposta de emenda constitucional, podendo ter sido apresentada por qualquer legitimado para a reforma;
- (E) projeto de lei complementar, podendo ter sido apresentado pelo procurador-geral de Justiça ou pelo governador do Estado.

57

Ana, Maria e Joana realizaram uma pesquisa em relação aos pontos de distanciamento e de aproximação existentes entre o estado de defesa (ED) e o estado de sítio (ES). Ana defendia que, na perspectiva temporal, o ED poderia ter maior extensão que o ES. Maria sustentava que a decretação do ED deve ser referendada pelo Congresso Nacional, enquanto a decretação do ES deve ser autorizada. Por fim, Joana defendia que tanto no ED como no ES pode ser permitida a busca e apreensão em domicílio.

Ao analisar as afirmações de Ana, Maria e Joana, Marta concluiu corretamente que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a de Maria está certa;
- (C) apenas a de Joana está certa;
- (D) apenas as de Ana e Maria estão certas;
- (E) apenas as de Ana e Joana estão certas.

58

Determinada escola privada de caráter confessional, assim definida em lei, diretamente vinculada aos dogmas da religião XX, que não tinha fins lucrativos e aplicava os seus excedentes financeiros em educação, o que lhe propiciou um crescimento exponencial nos últimos anos, tinha grande prestígio no âmbito do Município Alfa. Por tal razão, diversos políticos passaram a defender a destinação de recursos públicos a essa escola. Outros políticos, por sua vez, eram contrários à ideia, por considerá-la incompatível com a Constituição da República.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a destinação de recursos públicos à referida escola:

- (A) não é possível, já que é dissonante do caráter laico do Estado brasileiro;
- (B) pode ser realizada somente sob a forma de bolsas de estudo, como meio para remediar a falta de vagas na rede pública;
- (C) exige o seu enquadramento como escola filantrópica, observados os requisitos estabelecidos pela Constituição da República;
- (D) pode ser realizada, desde que, no caso de encerramento de atividades, a escola assegure a destinação do seu patrimônio da forma estabelecida pela Constituição da República;
- (E) pressupõe a demonstração de aplicação da receita mínima em educação no exercício anterior, de modo que os recursos destinados à escola confessional ultrapassem essa receita.

59

A Lei Complementar W do Estado Beta permitiu, com a definição de requisitos mínimos, a remoção entre juízes de direito vinculados a Tribunais de Justiça distintos. Diante do exposto e de acordo com a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, a referida Lei é:

- (A) constitucional, pois os membros do Poder Judiciário devem se submeter a regras definidas por cada ente federativo;
- (B) inconstitucional, por violar a competência da União para dispor sobre a magistratura brasileira, tanto na justiça estadual como na justiça federal;
- (C) inconstitucional, pois, em razão do princípio federativo, os membros do Poder Judiciário devem se submeter a regras definidas por cada Estado;
- (D) inconstitucional, por violar a norma prevista na Constituição que prevê os requisitos mínimos para remoção entre juízes de direito vinculados a Tribunais de Justiça distintos;

(E) constitucional, por observância ao princípio da separação entre os poderes e respeito à autonomia e à independência do Poder Judiciário.

60

O Código de Defesa do Consumidor dispõe em capítulo próprio sobre a proteção contratual, a respeito da qual o Superior Tribunal de Justiça conferiu interpretação aplicável às diversas situações fáticas consumeristas.

Seguindo essa temática nos termos da norma e do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é **correto** afirmar que:

- (A) as declarações de vontade, mesmo quando constantes de escritos particulares, vinculam o fornecedor;
- (B) a garantia legal de adequação do produto ou serviço terá aplicabilidade se não houver garantia contratual estabelecida mediante termo escrito;
- (C) é lícita a cláusula contratual que estabeleça prazos de carência para restabelecimento integral dos direitos do consumidor a partir da purgação da mora;
- (D) após a assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto ou serviço adquirido por telefone, será de trinta dias o prazo decadencial para o consumidor exercitar o direito de arrependimento;
- (E) a inserção de cláusula no formulário do contrato desconfigura a natureza de adesão do contrato, pois se exige que as cláusulas tenham sido estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produto ou serviço.

61

A incriminação de condutas se propõe a tutelar direitos fundamentais, debruçando-se a doutrina, o legislador e a jurisprudência sobre a identificação dos bens jurídicos passíveis de tutela penal.

Acerca da teoria dos bens jurídicos, considerando a doutrina e a jurisprudência sobre o tema, é **correto** afirmar que:

- (A) a teoria do *harm principle* é adotada nos países do *civil law* e tem pouca aceitação nos países que adotam a *common law*;
- (B) para o funcionalismo radical, o único bem jurídico protegido pelo direito penal é a vigência da norma;
- (C) deve ser considerado inconstitucional qualquer tipo penal que proteja bens coletivos, uma vez que somente são válidos bens jurídicos individuais;
- (D) não pode existir tipo penal que tenha por objetivo proteger bens jurídicos que não tenham expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (E) o funcionalismo moderado justifica a proteção jurídico-penal de bens morais.

62

De acordo com as normas e os princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, é **correto** afirmar que:

- (A) as normas penais incriminadoras podem ser criadas por lei, convenção ou decreto legislativo;

- (B) considera-se praticado o crime no momento de seu resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão;
- (C) a lei temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se aos fatos praticados durante a sua vigência;
- (D) as regras gerais do Código Penal aplicam-se aos crimes previstos em lei especial, mesmo que esta disponha de maneira diversa;
- (E) a lei penal posterior mais benéfica aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

63

Jonas, mediante o emprego de uma faca, subtrai os pertences de uma idosa, evadindo-se na sequência. Durante a fuga, após percorrer mais de dois quilômetros, o agente, por coincidência, se depara com um desafeto de longa data. Jonas resolve matá-lo, desferindo diversos golpes de arma branca em seu peito, logrando êxito no intento criminoso.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Jonas responderá pelos dois crimes praticados em:

- (A) concurso formal impróprio, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade;
- (B) concurso material, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade;
- (C) concurso formal próprio, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade;
- (D) continuidade delitiva, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido;
- (E) concurso material, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

64

Determinada investigação foi instaurada para apurar fraude, ocorrida em 02 de julho de 2020, em Macapá, na obtenção de auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, por meio da Caixa Econômica Federal, em decorrência da pandemia da Covid-19. Jack declarou na investigação que realizou depósito em sua conta do “ComércioRemunerado”, no valor de R\$ 600,00 e depois percebeu que aquela quantia foi transferida para Russel, sendo que não foi Jack quem realizou a operação financeira nem a autorizou. Russel assinalou que a aludida quantia foi realmente transferida para sua conta no “ComércioRemunerado” e foi declarada como pagamento de conserto de motocicleta, para enganar os órgãos competentes e conseguir a antecipação do auxílio emergencial. Disse que foi Fênix, proprietária de uma loja de manutenção de telefones celulares, quem lhe propôs a prática de tais condutas, acrescentando que seria um procedimento legal, e ainda ofereceu R\$ 50,00 para cada antecipação passada em sua máquina do “ComércioRemunerado”, sendo que Jack praticou a conduta

quatro vezes. Disse ainda que o dinheiro entrava em sua conta no “ComércioRemunerado” e era transferido para a conta de Fênix. O auxílio emergencial era disponibilizado pela União, por meio da Caixa Econômica Federal.

O crime supostamente praticado nesse caso é o de:

- (A) estelionato;
- (B) furto mediante fraude;
- (C) apropriação indébita;
- (D) apropriação indébita previdenciária;
- (E) peculato.

65

Edna, com 30 anos de idade, viúva de João, advogado autônomo em situação regular com a previdência social, requer pensão por morte junto ao INSS. Comprova, em seu requerimento, a existência de diversos filhos em comum, além da certidão de casamento, demonstrando dez anos de vida em comum até o óbito.

No cenário hipotético narrado, é **correto** afirmar que:

- (A) Edna somente terá direito ao benefício se comprovada a dependência econômica, pois os filhos são dependentes preferenciais à esposa ou ao cônjuge;
- (B) a pensão por morte de Edna, se concedida, terá valor integral, ou seja, a renda mensal inicial será igual ao último salário de contribuição de João;
- (C) Edna, caso seja aposentada, não poderá cumular seu benefício com a pensão por morte, ressalvado o direito de opção pelo benefício mais vantajoso;
- (D) na hipótese de concessão da pensão por morte, o pagamento do benefício retroagirá até a data do óbito, caso o requerimento administrativo seja feito em sessenta dias;
- (E) a pensão por morte, na situação hipotética narrada, caso concedida, será necessariamente vitalícia, ainda que Edna contraia novas núpcias.

66

A empresa X, empregadora de 120 segurados empregados, decide criar programa de lucros e resultados em favor desses empregados, de forma a estimular a produtividade.

Sobre a situação hipotética apontada e sua relação com o plano de custeio previdenciário, é **correto** afirmar que:

- (A) os valores decorrentes do programa de lucros e resultados não integram o salário de contribuição dos segurados, pois não decorrem do trabalho e refletem imunidade tributária, sem a possibilidade de adesão ao plano de custeio da previdência social;
- (B) o programa de lucros e resultados viabiliza a exclusão dos valores pagos a empregados na base de cálculo da cota patronal previdenciária, desde que haja explícito aval prévio das autoridades fiscais federais;
- (C) o programa de lucros e resultados reflete mera tentativa de evasão fiscal, cabendo à Receita Federal do Brasil desconsiderá-lo, tributando a empresa X sobre todo e qualquer pagamento feito a seus empregados;
- (D) o programa de lucros e resultados, desde que elaborado de acordo com a legislação específica, não integrará o

salário de contribuição dos empregados, de forma a reduzir a contribuição destes, mas sem dispensar os aportes patronais sobre os mesmos valores;

- (E) o programa de lucros e resultados da empresa X, uma vez corretamente dimensionado, na forma da legislação própria, não integrará o salário de contribuição dos empregados e, por consequência, também não será levado em consideração no salário de benefício.

67

Sabrina, adolescente de 13 anos, é vítima de exploração sexual praticada por seus genitores e encontra-se em situação de rua. Após o recebimento de denúncia através do Disque 100, o Conselho Tutelar constata a veracidade dos fatos, noticiando-os ao Ministério Público, que propõe representação por infração administrativa ao Art. 249 do ECA em face dos pais, requerendo a aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional à adolescente. O juiz defere o pedido e a adolescente é acolhida, sendo acionado o Creas do território para acompanhamento do núcleo familiar.

Considerando os níveis de proteção no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), é correto afirmar que a hipótese narrada versa sobre proteção social:

- (A) básica, tendo em vista o caráter preventivo do atendimento, pois não houve violação de direitos da adolescente;
- (B) especial de média complexidade, que possui caráter preventivo, na medida em que os vínculos familiares permanecem preservados;
- (C) especial de alta complexidade, pois os vínculos familiares estão rompidos, em razão da situação de rua e da aplicação da medida de acolhimento;
- (D) especial de média complexidade, que deverá ser ofertada no âmbito do Cras, sendo este o equipamento de referência para essa política;
- (E) básica, que possui caráter compensatório e se verifica sempre que os vínculos familiares e comunitários estão rompidos, em função de situação de abandono ou ameaça.

68

Sobre a cooperação nacional e internacional, é **correto** afirmar que:

- (A) a cooperação jurídica internacional terá por objeto medidas judiciais, ficando excluídas as medidas extrajudiciais;
- (B) na cooperação jurídica internacional, a publicidade dos atos processuais praticados no Brasil deverá observar as hipóteses de sigilo da legislação nacional, sendo irrelevantes as situações previstas na legislação do Estado requerente;
- (C) compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional;
- (D) os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir no estabelecimento de procedimento

para a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas;

- (E) o pedido de cooperação judiciária não pode abranger atos relacionados à facilitação de habilitação de créditos na falência.

69

Após sofrer um acidente decorrente de um ato ilícito praticado pelo réu, o autor demandou em face deste pedindo um ressarcimento pelo dano material sofrido, sem indicar um valor determinado na petição inicial, pois entendia que não era possível mensurá-lo no momento da distribuição da ação, sem o conhecimento de todas as consequências do referido ato. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o juiz deve intimar o autor para emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento, por lhe faltar o pedido determinado;
- (B) considerar-se-á inepta a petição inicial e deverá o juiz julgar de imediato extinto o processo, sem resolução do mérito;
- (C) é lícito formular o referido pedido genérico, pois a dúvida se refere apenas à extensão do dano, que ainda é desconhecida;
- (D) a petição inicial será indeferida, uma vez que se tornará excessivamente oneroso ao réu o seu direito de defesa;
- (E) o processo deve prosseguir, uma vez que a regra processual não exige que o pedido seja determinado na inicial.

70

Maria requereu a concessão de tutela provisória de urgência, em um pedido de guarda unilateral de seu filho, para que este fosse retirado da companhia do genitor, ao argumento de que seu filho estaria em situação de risco. Ao receber a inicial, o juiz deferiu liminarmente o requerimento de busca e apreensão do menor e o deferimento à autora da guarda provisória requerida. Após cumprida a ordem, o juiz, então, determinou a citação do réu para comparecimento à audiência de mediação. Ao receber o mandado de citação, pelo oficial de justiça, o réu percebeu que faltavam a cópia da inicial e os documentos mencionados na petição inicial. Só constava, portanto, a indicação da data, hora e local onde se realizaria tal ato.

Nesse cenário, a citação é:

- (A) inválida, pois está desacompanhada de cópia da inicial e dos referidos documentos;
- (B) inválida, pois o mandado de citação deveria ter sido entregue antes do deferimento da tutela provisória;
- (C) inválida, pois não se designa audiência de mediação nas ações de família;
- (D) válida, pois a cópia da petição inicial e a juntada de documentos não são exigidos nas ações de família;
- (E) válida, pois o ato de citação sequer era necessário, uma vez que o réu já tinha ciência do processo pela tutela provisória.

71

A. celebrou acordo extrajudicial com o Município de Flor do Brejo para receber R\$ 300.000,00 relativos ao fornecimento de alimentação escolar. No vencimento, o devedor não pagou.

O credor, para receber o seu crédito, propôs ação de execução forçada por título extrajudicial. Para tal, ele deverá requerer

- (A) apenas a penhora de bens do devedor.
- (B) a citação e a penhora de bens do devedor.
- (C) a citação do devedor para opor embargos no prazo de quinze dias.
- (D) a citação do devedor para opor embargos no prazo de trinta dias.

72

Em uma ação sob o procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência *inaudita altera pars*, o juiz indeferiu o pedido de tutela, ensejando a interposição de agravo de instrumento, com pedido de tutela recursal. Por sua vez, o relator do recurso indeferiu o pedido de tutela recursal e determinou a intimação pessoal do agravado para oferecer contrarrazões. Contra essa decisão, o agravante interpôs agravo interno.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) em seu agravo interno, o agravante poderá impugnar apenas um dos fundamentos da decisão agravada;
- (B) mesmo em caso de retratação, deverá o relator levar o recurso para julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta;
- (C) o relator do agravo interno, se assim entender, poderá se limitar a reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgar desprover o recurso;
- (D) o relator poderá acolher o pedido de reconsideração formulado no agravo interno, retratando-se monocraticamente;
- (E) o desprovimento do agravo interno enseja a aplicação de multa, desde que haja requerimento do agravado.

73

Nos crimes previstos no Art. 171 do Código Penal, a partir de junho de 2021, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida, no caso de vítima única:

- (A) pela prevenção;
- (B) pelo local da ação;
- (C) pelo local da consumação;
- (D) pelo domicílio do réu;
- (E) pelo domicílio da vítima.

74

No tocante às ações autônomas de impugnação no processo penal brasileiro, mais especificamente à revisão criminal e ao habeas corpus, é correto afirmar que:

- (A) no habeas corpus impetrado por outra pessoa que não o paciente, deverá a petição ser assinada por advogado e serão recolhidas as custas processuais;

- (B) na revisão criminal, o prazo para o seu ajuizamento será de vinte anos contados do trânsito em julgado da sentença condenatória;
- (C) no habeas corpus impetrado pelo Ministério Público em favor do acusado, deve a causa de pedir se referir a crime cuja ação é de iniciativa pública;
- (D) na revisão criminal fará jus à indenização o condenado se o erro ou a injustiça da condenação proceder de ato ou falta imputável ao próprio impetrante;
- (E) no habeas corpus, ordenada a soltura do paciente, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

75

1º cenário: João, advogado atuante na esfera criminal, impetrou um habeas corpus em face de ato praticado por Emílio, delegado de polícia. Contudo, a ordem postulada foi negada pelo juízo competente. Dessa forma, o advogado pretende ingressar com o recurso cabível em face do provimento jurisdicional.

2º cenário: O advogado João participou de uma sessão plenária do Tribunal do Júri da Comarca Alfa, no âmbito da qual o seu cliente foi condenado pelo Conselho de Sentença pela prática de um homicídio duplamente qualificado. O patrono entende, contudo, que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) no primeiro cenário, João deverá interpor um recurso em sentido estrito. Por outro lado, no segundo cenário, a decisão é irrecurável, em razão da soberania dos veredictos;
- (B) no primeiro cenário, João deverá interpor um recurso em sentido estrito. Por outro lado, no segundo cenário, o advogado deverá manejar o recurso de apelação;
- (C) no primeiro cenário, João deverá interpor um recurso de apelação. Por outro lado, no segundo cenário, o advogado deverá manejar o recurso em sentido estrito;
- (D) no primeiro e no segundo cenários, João deverá interpor o recurso em sentido estrito;
- (E) no primeiro e no segundo cenários, João deverá interpor o recurso de apelação.

76

Tício, senador da República, retornou ao seu Estado de origem durante o recesso parlamentar. Após participar de um evento em sua residência e mesmo estando com a capacidade psicomotora alterada, em razão da ingestão de bebidas alcoólicas, Tício resolve ir embora na condução de um automóvel, vindo a ser parado em uma blitz da lei seca.

Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e as disposições do Código de Processo Penal, Tício será processado e julgado perante o:

- (A) juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da contemporaneidade inerente ao foro por prerrogativa de função;

- (B) juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função;
- (C) juízo de 1ª instância da Justiça Estadual, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função;
- (D) Superior Tribunal de Justiça, em razão do foro por prerrogativa de função;
- (E) Supremo Tribunal Federal, em razão do foro por prerrogativa de função.

77

A Lei federal nº X alterou a legislação vigente, afeta à contribuição destinada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. A alteração consistiu na modificação do conceito de contribuinte, o que faria com que a sociedade empresária Alfa passasse a figurar como sujeito passivo da obrigação tributária principal. Como Alfa tinha sido severamente afetada por uma crise econômica que alcançou, de maneira acentuada, sua área de atuação, seus dirigentes ficaram irredimidos com o surgimento de mais uma despesa mensal.

Ao consultarem sua assessoria jurídica a respeito da compatibilidade da Lei federal nº X com a ordem constitucional, foi **corretamente** informado aos dirigentes que esse diploma normativo é:

- (A) inconstitucional, pois a contribuição de intervenção no domínio econômico está sujeita à generalidade das limitações constitucionais ao poder de tributar;
- (B) constitucional, pois trata-se de contribuição social, o que afasta a necessidade de lei complementar para dispor sobre fato gerador, base de cálculo e contribuinte;
- (C) inconstitucional, pois as contribuições sociais afetas ao sistema S não podem apresentar distinções entre os contribuintes, sob pena de afronta à isonomia;
- (D) inconstitucional, pois, embora tenha introduzido alterações por meio de lei ordinária, deveria ter sido veiculado, em razão da matéria versada, sob a forma de lei complementar;
- (E) constitucional, pois, como a contribuição de intervenção no domínio econômico não tem a natureza jurídica de imposto, a matéria disciplinada pela Lei federal nº X não precisava ser veiculada em lei complementar.

78

João era sócio da empresa Alfa Ltda. que foi dissolvida irregularmente, razão pela qual a Fazenda Pública requereu sua inclusão no polo passivo na qualidade de responsável tributário em razão de atos praticados com excesso de poderes.

Ao ser citado em execução, doa seu único bem familiar, um apartamento de cinco quartos em um bairro de classe média alta, para seus três filhos, José, Antônio e Maria em quotas-partes iguais.

Segundo recente entendimento dos Tribunais Superiores, a respeito da operação, é correto afirmar que:

- (A) a doação é fraude à execução ainda que realizada anteriormente à citação;
- (B) a doação simultânea aos três filhos descaracteriza a impenhorabilidade característica do bem de família;
- (C) a impenhorabilidade do único bem familiar não é oponível à Fazenda Pública, tratando-se de bem luxuoso;
- (D) a doação é válida, contudo, é hipótese de fraude à execução se caracterizada a insolvência de João;
- (E) a transferência é imune aos efeitos da execução, não havendo que se falar em fraude à execução.

79

Vestuário Beleza Ltda., atuante no comércio varejista de peças de vestuário, por uma série de erros contábeis (sem dolo, fraude ou simulação), declarou a menor e pagou a menor o ICMS devido sobre suas vendas a consumidores finais quanto a fatos geradores ocorridos entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020.

A partir de janeiro de 2021, já em crise financeira, embora tenha detectado o erro contábil e o corrigido, passando a declarar corretamente, começou a não ter mais recursos para pagar tal ICMS adequadamente declarado.

Diante desse cenário e também à luz do entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- (A) quanto a tais tributos declarados a menor e pagos a menor, o prazo decadencial quinquenal para o lançamento de ofício suplementar é contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- (B) quanto a tais tributos declarados a menor e pagos a menor, o prazo decadencial quinquenal para o lançamento de ofício suplementar é contado da data da entrega da declaração;
- (C) quanto a tais tributos declarados a menor e pagos a menor, o prazo prescricional quinquenal para o lançamento de ofício suplementar é contado da ocorrência do fato gerador de cada obrigação tributária;
- (D) quanto aos tributos devidamente declarados a partir de janeiro de 2021 mas não pagos, o marco inicial para contagem do prazo prescricional quinquenal para sua cobrança judicial é o dia seguinte à data estipulada para o vencimento da cobrança do tributo;
- (E) quanto aos tributos devidamente declarados a partir de janeiro de 2021 mas não pagos, o marco inicial para contagem do prazo decadencial quinquenal para sua cobrança judicial é o dia seguinte à data estipulada para o vencimento da cobrança do tributo.

80

NÃO é considerado como crime hediondo o crime de:

- (A) constituição de milícia privada;
- (B) porte ilegal de arma de fogo de uso proibido;
- (C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- (D) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo;
- (E) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima.